



ATA DE REUNIÃO

1. Informações Gerais

Data: 30/08/2019

Horário: 09:00 h

Local: Auditório do Centro Administrativo TJMA

2. Participantes

- Lista de presença com assinatura dos presentes digitalizada anexa.

3. Objetivo da Reunião

- Apresentar o status das metas e objetivos do planejamento estratégico do TJ MA.

4. Pauta

- Acompanhamento das Metas Estratégicas do Planejamento Estratégico 2016-2020
- Revisão das metas e indicadores em observância ao Relatório de Auditoria nº XX.

5. Decisão – Metas Estratégicas

Objetivo Estratégico 1	Ampliar o acesso à Justiça Estadual	Responsável										
META 1	Realizar 20 ações visando a ampliação do acesso à justiça	CGJ										
Resultado	Ações Realizadas <table><thead><tr><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>Total</th></tr></thead><tbody><tr><td>5</td><td>3</td><td>7</td><td>2</td><td>17</td></tr></tbody></table> <p>1. Implementação de ações de Combate ao Subregistro – Provimentos nºs 18/2018, 28/2018 e 32/2018; Em 2018 foram implantados 9 postos de registro civil; Em 2019 estabelecimento de prazo para os cartórios comunicarem nascimento, morte e casamento ao INSS – Provimento CGJ nº 35/2019).</p> <p>2. Regulamentação do procedimento para a alteração do prenome e sexo dos transgêneros - Provimento CGJ nº 17/2018;</p> <p>3. Projeto Fala Aí Juiz - 9 edições;</p> <p>4. Ampliação do Projeto Audiência de Custódia para 15 comarcas do interior do Estado - Provimento nº 13/2018;</p> <p>5. Contribuição para a ampliação do Projeto Certidão on line, para expedição eletrônica das certidões cíveis;</p> <p>6. Apoio à Semana de Valorização da Mulher;</p> <p>7. Projeto Casamento Comunitário: Em 2018 - 4.703 casais em todo o Estado do Maranhão; Em 2019: 1.712 casais em todo o Estado do Maranhão, até 27/08/2019;</p>	2016	2017	2018	2019	Total	5	3	7	2	17	
2016	2017	2018	2019	Total								
5	3	7	2	17								



ATA DE REUNIÃO

Ações planejadas para o próximo trimestre:

- Realizar novas edições do projeto Fala aí Juiz;
- Realizar novas edições do Projeto Casamento Comunitário.

Objetivo Estratégico 2	Fomentar ações institucionais que promovam a responsabilidade socioambiental.	Responsável
META 2	Implementar em 100% o Plano de Logística Sustentável - PLS	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário
Resultado	69% 1) <u>Revisão Do Plano De Logística Sustentável – PLS – 2016</u> : Concluída A Fase Do Ciclo De Reuniões Com Os Grupos Executivos Para Definição Das Novas Metas E Indicadores; 2) <u>Qualidade De Vida No Ambiente De Trabalho</u> : Início Do Processo De Ampliação Do Programa De Qualidade De Vida Em Parceria Com A Diretoria Do Recursos Humanos (Coordenadoria De Serviço Médico, Odontológico E Psicossocial) E Ufma; 3) <u>Capacitação/Sensibilização De Servidores Na Área Socioambiental</u> : Realizada A Semana Do Meio Ambiente E O Curso Licitações Sustentáveis; 4) <u>Gestão De Resíduos</u> : Lançamento Da Campanha “Destralhe” 2019 - Mais Sustentabilidade E Menos Desperdício; Implantação Do Projeto Sacos De Lixo No Centro Administrativo E Implantação Da Coleta Seletiva No Arquivo Da Cgj (Coleta De Processos Que Deixaram De Ser Incinerados); 5) <u>Eficiência Energética</u> : Realizada Campanha De Troca De Lâmpadas Comuns Por Led Para Servidores E Jurisdicionados, Em Parceria Com A Cemar Na Comarca De Imperatriz (335 Consumidores E 993 Lâmpadas Em 3 Dias).	

Ações planejadas para o próximo trimestre:

- 1) revisão do plano de logística sustentável – pls – 2016: em fase de conclusão.
 - 1.1) consolidação do dados sugeridos pelos grupos executivos de trabalho;
 - 1.2) apresentação das metas e ações propostas pelos grupos executivos à comissão gestora para validação;
 - 1.3) apresentar o relatório do pls ao presidente.
- 2) uso eficiente de insumos e materiais: implantação/utilização de business intelligence (bi) – sistema monitor na área de gestão de consumo, em parceria com a diretoria de informática - em fase de ajustes (alterações/evoluções).
- 3) qualidade de vida no ambiente de trabalho: início das ações do programa de qualidade de vida no interior do estado, em parceria com a diretoria de recursos humanos (coordenadoria de serviço médico, odontológico e psicossocial) e ufma: em fase de conclusão do processo termo de cooperação tjma - ufma.
- 4) gestão de resíduos: implantar coleta seletiva na casa da criança; estudo e aplicação do projeto-piloto para efetivar a implantação, em 2020, da coleta seletiva nos termos de são josé de ribamar, paço do lumiar e raposa:
- 5) eficiência energética: estudo em parceria com a diretoria de engenharia para implantação de energia fotovoltaica no judiciário maranhense.

Objetivo Estratégico 3	Priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade administrativa.	Responsável
META 3	Identificar e julgar anualmente, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até o terceiro ano anterior.	CGJ
Resultado	Janeiro a Julho 2019	



ATA DE REUNIÃO

	<ul style="list-style-type: none">- 1º Grau Comum – 88,86%- JECRIM – 137,76%- Turmas Recursais Criminais – 142,86- 2º GRAU – 97,32% <p>2º grau: Hoje o TJMA possui apenas 5 ações, dentre as distribuídas até dezembro de 2014, pendentes de julgamento.</p>
--	---

Ações planejadas para o próximo trimestre:

- 1) Realização de levantamento do quantitativo das **ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública** pendentes do julgamento nas respectivas Comarcas;
- 2) Ofícios encaminhados aos juízes solicitando empenho para que a meta 4 seja atingida na Justiça de 1º Grau.
- 3) Disponibilização no **Sistema TermoJuris** de planilha contendo relação dos processos não julgados relativos à meta 4.

Objetivo Estratégico 4	Atuar na prevenção de desvio de conduta, bem como no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, orientação e fiscalização dos gastos públicos.	Responsável
META 4	Executar 100% das ações de auditoria previstas no Plano Anual de Auditoria	Controle Interno
Resultado	2018 100% das Auditorias concluídas Até julho 2019 50% das auditorias concluídas	

Ações planejadas para o próximo trimestre:

- Auditoria na Folha de Pagamento;
- Auditoria de Licitação;
- Auditoria FERJ/FERC;
- Auditoria Coordenada pelo CNJ - Contábil;
- A Auditoria Coordenada pelo CNJ - Licitação

Objetivo Estratégico 4	Atuar na prevenção de desvio de conduta, bem como no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, orientação e fiscalização dos gastos públicos.	Responsável
META 4.1	Monitorar 100% das ações de auditoria realizadas no exercício anterior”	Controle Interno
Resultado	Início da medição desta meta – ano 2018 100% do monitoramento das ações de Auditoria realizadas em 2018. 40% do monitoramento das ações de Auditoria realizadas até julho 2019. 60% do monitoramento do Monitoramento Extraordinário (MEMO GP 58/2019) – em andamento.	

Ações planejadas para o próximo trimestre:

1. Avaliação das matrizes de monitoramento respondidas pelas unidades auditadas;
2. Validação das matrizes de monitoramento/plano de ação;
3. Elaboração do Relatório

Objetivo Estratégico 4	Atuar na prevenção de desvio de conduta, bem como no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, orientação e fiscalização dos gastos públicos.	Responsável
META 5	Concluir quantidade igual de processos administrativos disciplinares e sindicância distribuídos no ano corrente.	Coordenadoria de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicância (TJ)
Resultado	2019 Total de relatórios finais para decisão conclusos – 55 Processos remanescentes do ano anterior e distribuídos no período de medição (agosto	



ATA DE REUNIÃO

2019)– 106 Esperado – 99% Realizado – 99%
Ações planejadas para o próximo trimestre:
1. Conclusão de sistema eletrônico próprio para tramitação de Sind/PAD; 2. Utilização do recurso de gravação de oitivas por meio de sistema audiovisual em 100% dos processos instruídos; 3. Cumprimento da meta esperada (99%).

Objetivo Estratégico 5	Propiciar maior agilidade nos trâmites dos processos judiciais.	Responsável
META 6	Atingir 100% o número de processos eletrônicos em relação ao total de processos que são protocolizados.	Diretoria de Informática e Automação
Resultado	100% das Comarcas com PJE Implantado; 79,89% da distribuição é de processos eletrônicos.	
Ações planejadas para o próximo trimestre:		
1) Homologação do PJe 2.1 (Processos Criminais)		

Objetivo Estratégico 5	Propiciar maior agilidade nos trâmites dos processos judiciais	Responsável
META 7	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. (CNJ - Meta 1)	CGJ
Resultado	Janeiro a julho de 2019 1. 1º Grau Comum – 81,26% 2. JE Cíveis – 95,25% 3. JE Criminais – 92,36% 3. 2º GRAU – 77% 4. TR cíveis – 92,36% 5. 4. TR criminais – 125%	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
1. Continuidade ao “Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual”; 2. Apoio à instituição da Secretaria Judicial Única nas Varas Cíveis de São Luís; 3. Acompanhamento mensal do cumprimento da meta.		

Objetivo Estratégico 5	Propiciar maior agilidade nos trâmites dos processos judiciais	Responsável
META 8	Identificar e julgar anualmente, 80% dos processos distribuídos até o quarto ano anterior no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até o terceiro ano anterior no 2º grau e, 100% dos processos distribuídos até o terceiro ano anterior nos Juizados Especiais e Turmas Recursais. (CNJ - Meta 2)	CGJ
Resultado	Janeiro a julho de 2018 1. 1º Grau Comum – 54,25% 2. JE e Turmas Recursais – 55,08% Janeiro a julho de 2019 1. 1º Grau Comum – 107,96% 2. JE e Turmas Recursais – 108,47% 3. 2º Grau – 98,93%	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
Disponibilização no Sistema Termojuris dos resultados da meta 2 para acompanhamento pelas unidades.		



ATA DE REUNIÃO

Objetivo Estratégico 6	Fortalecer a adoção de soluções alternativas de conflito	Responsável
META 9	Garantir a homologação de acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas.	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
Resultado	Proposta de Meta: substituição das Metas 9 e 10 do TJMA, pela Meta 3 do CNJ (Substituir as Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior), tendo em vista que resultados expressivos alcançados nas conciliações dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos, que atualmente não são contabilizados para a Meta Nacional, podem contribuir para melhores resultados deste Tribunal. 2018 Audiência realizada com Acordo: 5831 – 47,70% Audiência realizada sem Acordo: 6393- 52,30% Total de desistências/ ou não comparecimento: 8741 – 44,74% 2019 Audiência realizada com Acordo: 1360 – 51,13% Audiência realizada sem Acordo: 1360 – 48,87% Total de desistências/ ou não comparecimento: 5098 – 48,58%	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
Mutirões: amil; cemar, banco bradesco; Balcão de renegociação de dívidas; Oficina de parentalidade; Projeto conciliação itinerante – van; Credenciamento de câmaras privadas de conciliação, mediação e arbitragem; Instalação de centros judiciários de solução de conflitos; Instituir o selo de reconhecimento de “município amigo da justiça no ma”; Instituir o selo de reconhecimento “empresa amiga da justiça no ma”;		

Objetivo Estratégico 6	Fortalecer a adoção de soluções alternativas de conflito	Responsável
META 10	Aumentar os casos resolvidos por conciliação em relação ao ano anterior e aumentar o número de CEJUSC.	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
Resultado	2018 Audiência realizada em 2017: 11091 Audiência realizada em 2018: 12224 Aumento de 1133 = 9,27% 2019 Audiência realizada até março 2018: 11889 Audiência realizada até março 2019: 1360 Aumento de 171 = 12,57%	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
Mutirões: amil; cemar, banco bradesco; Balcão de renegociação de dívidas; Oficina de parentalidade; Projeto conciliação itinerante – van; Credenciamento de câmaras privadas de conciliação, mediação e arbitragem; Instalação de centros judiciários de solução de conflitos;		



ATA DE REUNIÃO

Instituir o selo de reconhecimento de “município amigo da justiça no ma”;
Instituir o selo de reconhecimento “empresa amiga da justiça no ma”;
Instalação de postos de conciliação.

Objetivo Estratégico 7	Priorizar o julgamento dos maiores litigantes e recursos repetitivos	Responsável
META 11	Aumentar em 20% o IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas)	Coordenadoria do Conselho de Supervisão dos Juizados/CGJ e NURER
Resultado	IRDR distribuídos: 20 (vinte) / IAC distribuídos: 06 (seis)	

Ações Planejadas para o próximo trimestre

DAR CONTINUIDADE às tratativas para firmar o Acordo de Cooperação Técnica com o STJ, com o objetivo de aprimorar a aplicação prática do sistema de precedentes, através do qual o STJ se obriga em disponibilizar material para treinamentos, ceder sistemas tecnológicos e conceder Selo de “Tribunal Modelo na Gestão Processual e de Precedentes” ao TJMA;

* DAR CONTINUIDADE ao acompanhamento junto à Diretoria de Informática e Automação da adequação e implantação das ferramentas tecnológicas necessárias para alimentação dos dados informados para o CNJ, STJ, STF, sítio do TJMA e sistema NUGEP;

* Informar para as Unidades Judiciais a correta e adequada alimentação do sistema que atenda às exigências do CNJ (somente após a adequação dos sistemas).

Objetivo Estratégico 8	Implementar melhorias na gestão das execuções fiscais.	Responsável
META 12	Implantar em 100% das unidades judiciais, as ferramentas de efetividade das execuções fiscais e cíveis implantadas (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD E PROTESTO)	Diretoria de Informática e Automação
Resultado	100% das unidades utilizam os sistemas.	

Ações Planejadas para o próximo trimestre

Fornecimento de suporte ao uso do sistemas para as unidades

META 13	Implantar 5 ações de melhoria da gestão das execuções fiscais e cíveis	Juizes Corregedores/CGJ
Resultado	Em construção. RECOM-CGJ – 12019 – recomenda aos juizes que adotem a orientação firmada pela 1º Seção do STJ no Resp 1340.553/RS – contagem da prescrição intercorrente (art. 40 da Lei de nº 6.830/80).	

Ações planejadas para o próximo trimestre

1) Implementar funcionalidade no sistema Themis PG e PJE para a baixa administrativa dos processos cíveis e fiscais.

Objetivo Estratégico 9	Aprimorar a gestão da Justiça Criminal, conferindo maior eficiência e reduzindo a incidência de práticas de delitos.	Responsável
META 14	Ampliar em 20% a abrangência do Projeto de Justiça Restaurativa	Juizes Corregedores/CGJ
Resultado	A Unidade responsável propôs de alteração da meta: Triplicar o número de unidades que	



ATA DE REUNIÃO

	desenvolvem o Projeto de Justiça Restaurativa. 2017: 1 (2ª Vara da Infância da Comarca da Ilha de São Luís) 2018: 2 (Vara da Família da Comarca de Bacabal e 2ª Vara da Comarca de Vitorino Freire)
Ações planejadas para o próximo trimestre	

Objetivo Estratégico 9	Aprimorar a gestão da Justiça Criminal, conferindo maior eficiência e reduzindo a incidência de práticas de delitos.	Responsável
META 15	Aumentar em 20% as decisões que apliquem penas e medidas alternativas A Unidade responsável propôs de alteração da meta: Aumentar em 10% as decisões que apliquem penas e medidas alternativas, em relação ao ano anterior.	Juízes Corregedores/CGJ
Resultado	2017: 1005 decisões. Aumento de 25,63% em relação ao ano anterior 2018: 1055 decisões. Aumento de 4,98% em relação ao ano anterior Até 30/07/2019: 1055 decisões . 834 decisões	

Objetivo Estratégico 10	Reduzir custos e riscos no deslocamento dos apenados	Responsável
META 16	Implantar o sistema de videoconferência em todas unidades judiciais com competência criminal	AGEM / Diretoria de Informática e Automação
Resultado	1. 34 comarcas com salas de videoconferência (32% do total); 2. Todas as comarcas de entrância final com salas de videoconferência; 3. 32 comarcas de entrância intermediária instaladas (88% das intermediárias).	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1. Implantação do serviço de WEB Conference; 2. Implantação de salas de videoconferência em Codó, Maracaçumé, Coroatá e Barrerinhas (atingindo 100% da entrância intermediária)		

Objetivo Estratégico 11	Realizar a adequação e distribuição da força de trabalho no Poder Judiciário.	Responsável
META 17	Garantir 100% de adequação da força de trabalho nas unidades administrativas e judiciais a partir de parâmetros objetivos, vinculados à demanda de processos, com garantia da estrutura mínima das unidades de trabalho	Diretoria de Recursos Humanos
Resultado	Ações descritas no Plano de Ação realizadas dentro do prazo.	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1.Ingresso de residentes jurídicos – aprovação da resolução 2.Concurso de remoção – divulgação do resultado preliminar 15/08 3.Concurso de ingresso – fase de inscrição		

Objetivo Estratégico 12	Aprimorar a política de Gestão de Pessoas, garantindo o desenvolvimento de competências e a melhoria na qualidade de vida de servidores e magistrados.	Responsável
META 18	Implantar 100% a política de Gestão por Competência no Poder Judiciário	Diretoria de Recursos Humanos
Resultado	Mapeamento de 100% das competências do 1º grau	



ATA DE REUNIÃO

Mapeamento de 10% das competências dos setores administrativos do TJMA
Ações planejadas para o próximo trimestre
1. Diagnóstico das competências do 1º grau 2. Mapeamento do 2º grau e conclusão do administrativo 3. Desenvolver os planos de desenvolvimento individual

Objetivo Estratégico 12	Aprimorar a política de Gestão de Pessoas, garantindo o desenvolvimento de competências e a melhoria na qualidade de vida de servidores e magistrados.	Responsável
META 19	Implantar 100% da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário	Diretoria de Recursos Humanos
Resultado	1. 100% das ações planejadas foram realizadas 2. Levantamento das condições primárias de saúde de 844 magistrados e servidores	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1. Continuidade da avaliação anual de saúde – Contínuo. 2. Levantamento das condições primárias de saúde de Magistrados e Servidores em 05 polos de Comarcas do Estado.		

Objetivo Estratégico 13	Desenvolver a gestão dos materiais, visando a equidade na distribuição dos itens entre as unidades	Responsável
META 20	Promover 10 ações que visem a adequação da distribuição de material segundo perfil definido para cada unidade administrativa e judicial	Diretoria Administrativa
Resultado	1. Racionalização da quantidade de materiais permanentes atendidos para as unidades, em razão da realização de inventário patrimonial de bens móveis em todas as unidades administrativas e judiciais no ano de 2018. Com o inventário atualizado é possível identificar o real estado de conservação dos bens, evitando-se desperdícios. 2. Diminuição De 28 Rotas De Entrega Semanais; 3. Implantação Da Cultura De Planejamento, Em Função Do Pedido Geral De Materiais De Consumo Ocorrer De Forma Mensal;	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
1) Redução de custos na distribuição de materiais permanentes com a implantação do novo cronograma de rotas de entregas no Tribunal de Justiça e Comarca da Ilha de São Luís, em atendimento a PORTARIA-GP-82019 (atendimentos realizados na primeira semana de cada mês). Redução obtida desde o início da ação (04/02/2019): diminuição de 25 rotas/mensais realizadas no ano 2018 para 13 rotas/mensais em 2019, totalizando 48% de redução.		

Objetivo Estratégico 14	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas	Responsável
META 21	Executar 95% dos créditos orçamentários disponibilizados .	Diretoria Financeira
Resultados	No 2º trimestre de 2019, o resultado alcançado foi de 44,17% , equivalente a, aproximadamente, 7,36% de meta mensal executada, situando-se abaixo da meta mensal programada de 8,33% .	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
Comunicar às unidades administrativas que planejam e executam o orçamento da aprovação da proposta e a disponibilização das dotações, com a publicação da LOA, monitoramento da tramitação dos processos de contratação.		



ATA DE REUNIÃO

Objetivo Estratégico 14	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas	Responsável
META 22	Garantir 70% de aderência das aquisições ao plano de contratações.	Diretoria Financeira
Fase de Elaboração do Plano de Contratações. Foi sugerido pela Diretora Administrativa que a referida meta seria gerida por uma instância maior, tal como a Diretoria Geral, por tratar-se de stor hierárquico superior a todas as Diretorias responsáveis por contratações. A proposta foi aprovada pela Alta Administração.		
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
Análise situacional dos mecanismos estabelecidos para administrar as aquisições do Tribunal de Justiça, com base em recomendações de Órgãos de Controle, e tendo em vista sempre a visão e os valores em que são pautados os rumos escolhidos pelo TJMA para cumprir a sua missão junto a sociedade:		
a) Instituir de Grupo de Trabalho multiespecialista para estruturação da Governança e Gestão de Aquisições do TJMA;		
b) Estabelecer os Pontos Fortes, Pontos Fracos (Fragilidades), Oportunidades (Necessidades) e Ameaças – MATRIZ SWOT, para subsidiar o Plano de Ação de Governança e Gestão de Aquisições;		
c) Estabelecer a metodologia de trabalho com diretrizes e objetivos, determinando os prazos (Cronograma) e as entregas que são apresentadas com foco especial em Liderança, Estratégia e Controle / Accountability		

Objetivo Estratégico 14	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas	Responsável
META 23	Garantir 60% de aderência às execuções dos créditos orçamentários disponibilizados	Diretoria Financeira
Resultado	O indicador de aderência orçamentária corresponde à relação entre as despesas executadas (empenhadas) e a programação orçamentária inicial constante da LOA em cada Plano Interno, relativamente às dotações para as despesas discricionárias. No segundo trimestre do exercício de 2019, o percentual de aderência apurado foi de 48,30% .	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
Auxiliar na construção de uma política de governança das aquisições, com aperfeiçoamento da política de compras e de gestão de contratos.		

Objetivo Estratégico 14	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas	Responsável
META 24	Realizar 100% dos pedidos de pagamentos, gerados no exercício financeiro, sem encargos por atraso em sua liquidação e execução, contado a partir da certificação da despesa pelo fiscal responsável.	Diretoria Financeira
Resultado	Até 13/08/2019: 99,85%.	
Ações Planejadas para o próximo trimestre		
Sensibilizar os gestores e fiscais de contratos, acerca da necessidade de solicitarem às empresas prestadores de serviços emissão de nota fiscal sempre na primeira semana de cada mês, com vistas ao pagamento das obrigações tributárias dentro do prazo (até o dia 20 do mês subsequente à emissão das notas fiscais) e acerca da necessidade de serem diligentes quanto a conferência da qualidade do serviço prestado, para ateste da nota fiscal e tempo hábil, evitando assim o envio de notas fiscais para pagamento em data próxima ao vencimento, uma vez que ainda haverá a instrução processual para pagamento da despesa.		

Objetivo Estratégico 14	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas	Responsável
--------------------------------	---	--------------------



ATA DE REUNIÃO

META 25	Reduzir para 30% o volume de recursos inscritos em restos a pagar, processados e não processado no exercício financeiro anterior, exceto gastos com precatórios e pessoal.	Diretoria Financeira
Resultado	2018: Redução de 9,39%	

Ações Planejadas para o próximo trimestre

Sensibilizar os gestores e fiscais de contratos, acerca da necessidade das aquisições e contratações de materiais de consumo/permanentes e serviços, respectivamente, atenderem a quantidade e prazos efetivamente planejados para o exercício e acerca da necessidade de solicitarem com antecedência as contratações de empresas, para que as notas de empenhos sejam emitidas até o mês de setembro do exercício corrente, restando os meses de outubro a dezembro, para execução do contrato e pagamento da despesa.

Objetivo Estratégico 14	Aprimorar a gestão orçamentária e de custos, permitindo a melhor alocação dos recursos e a redução de despesas	Responsável
META 26	Diminuir o valor da despesa por processo baixado em relação ao ano anterior (CNJ – Meta específica)	Diretoria Administrativa/TJ e Coordenadoria Administrativa/CGJ
Resultado	<p>Divisão de Protocolo e Arquivo: Houve um acréscimo de 134.282,38 do ano de 2017 para o ano de 2018.</p> <p>Coordenadoria de Apoio Administrativo: Economia 2015 para 2016 de R\$ 7.090.294,22 (sete milhões noventa mil, duzentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos); Redução da quantidade de postos de trabalho. No ano de 2018 houve a redução de 02 postos de trabalho, embora tenha tido um acréscimo de 105.243,5, devido ajustes contratuais.</p> <p>Divisão de Transporte:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Resultado: Redução final de 5,92 % no ano de 2018. Resultado parcial 2019: R\$ 14.075,51 nos custos de abastecimento.2) Contratação de Empresa para locação de veículos – Processo nº. 2779320163) Contratação de empresa para transportes via Ferry boat – Processo 5911720174) Renovação da frota de veículo de passeio – Processo nº 26137/2017.5) Renovação de empresa fornecedora de sistema de Gerenciamento de manutenção e Abastecimento6) Licitação de contratação de empresa fornecedora de mão de obra terceirizada – motoristas – Processo 34510/20187) Licitação para aquisição de veículos tipo Van, SUV e caminhões-bau tipo Toco. - Processos nº. 26137/2017, 11614/2018 e 2239/20188) Licitação para Aquisição de 04 veículos utilitários e 03 veículos institucionais – Processo 26683/2018	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1) Estender o serviço de malote a todas as comarcas, (atualmente o serviço contempla as Comarcas Intermediárias); ok 2) Substituir o serviço de Sedex pelo serviço de PAC quando não for possível o envio via malote. 3) Inclusão do serviço AR DIGITAL.		

Objetivo Estratégico 15	Garantir a agilidade dos trâmites processuais administrativos e judiciais e a padronização das rotinas	Responsável
META 27	Redesenhar os principais macroprocessos das unidades administrativas e judiciais de forma racional, elaborando os manuais de rotinas.	Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização
Resultado	Portarias publicadas: Chefia de Gabinete da Presidência, Secretaria Geral do TJ/MA, Coordenadoria de Processos Administrativos, Disciplinares e Sindicância, Diretoria Administrativa; Revisão da Resolução e Portaria que disciplinam a solicitação de Diárias,	



ATA DE REUNIÃO

Passagens e Inscrição em cursos; Resolução que disciplina o destino dado às armas e munições apreendidas; Portaria que disciplina o fluxo de manutenção de veículos; Resolução que disciplina o pagamento e parcelamento de débito judiciais por meio de cartão de crédito; Resolução que regulamenta a utilização de selo eletrônico.
Ações planejadas para o próximo trimestre
1. Conclusão da revisão das Resoluções que disciplinam o Auxílio-Saúde; Revisão do fluxo dos processos de Restituição ao Erário; Revisão da Portaria que disciplina o fluxo de aquisição de bens e serviços; Revisão do fluxo do processo de locação de imóveis.

Objetivo Estratégico 16	Garantir o cumprimento dos normativos relacionados ao acesso à informação	Responsável
META 28	Implantar 100% as diretrizes fixadas na Lei de Acesso à Informação e resoluções do CNJ	Secretaria Geral do TJ/MA
Resultado	Meta para 2018= 50% - Percentual atingido 91,66% (23/07/2018) Meta para 2019= 70% - Percentual atingido 91,66% (09/05/2019)	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1) Mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos instaurados e que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo (ASCOM / Diretoria de Informática e Automação) 2) Acesso à portadores de necessidades especiais (Cegos) (ASCOM / Diretoria de Informática e Automação) 3) Proventos percebidos por inativos e pensionistas(Estrutura Remuneratória).		

Objetivo Estratégico 17	Aperfeiçoar a comunicação no Poder Judiciário, através do aprimoramento dos canais internos e externos	Responsável
META 29	Aumentar em 50% a participação do público interno em programas e eventos realizados pelo Poder Judiciário	TJ e CGJ/ Assessoria de Comunicação
Resultado	Proposta: Solicitar a exclusão da meta, pela inviabilidade de aferição do indicador	
Ações planejadas para o próximo trimestre		

Objetivo Estratégico 17	Aperfeiçoar a comunicação no Poder Judiciário, através do aprimoramento dos canais internos e externos	Responsável
META 30	Aumentar em 30% o número de inserções de matérias positivas em mídias externas	TJ e CGJ/ Assessoria de Comunicação
Resultado	Visibilidade nos veículos até 12/08/2019: Positivo: 58% Negativo: 17% Neutro: 24% Público: 1%	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
Criar espaços de interlocução com os servidores e usuários, com divulgação, por meio de boletim online, de notícias, serviços e projetos institucionais do Judiciário, dando mais visibilidade às atividades da instituição;		
- Reativar e enriquecer o conteúdo das informações divulgadas junro aos sercidores com destaque a assuntos como, por exemplo, ponto eletrônico, requisições diversas, direitos e deveres, qualidade de vida do servidor, prazos, acompanhamento na carreira, saúde, entre outros.		
- Sistematizar as rotinas de contato com as unidades do Judiciário, implantando canais de interação mais efetivos, que favoreçam uma melhor divulgação das atividades do TJMA;		
- Criar catálogo de fontes oficiais para interlocução com a imprensa em assuntos que envolvem o Poder Judiciário, identificando contatos de servidores responsáveis pelo gerenciamento de programas, projetos e ações estratégicas;		



ATA DE REUNIÃO

- Incentivar, por meio de campanhas internas, boas práticas na área da sustentabilidade, fortalecendo o uso consciente de recursos como água, energia, telefone e materiais de expediente, divulgando iniciativas bem sucedidas que estimulem a prática de ações para a preservação do meio ambiente, gerando economia para o TJMA.

Objetivo Estratégico 18	Aperfeiçoar a atuação de TIC, visando à melhoria dos processos internos e a entrega efetiva dos produtos e serviços	Responsável
META 31	Implementar em 100% o PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação	Diretoria de Informática e Automação
Resultado	80% das ações do PETIC implementadas	
Ações planejadas para o próximo trimestre		
1. Capacitações da equipe de TIC 2. Distribuição de novos equipamentos		

Objetivo Estratégico 19	Aprimorar a estrutura física e a segurança institucional das unidades administrativas e judiciais	Responsável
META 32	Garantir que 90% das unidades judiciais e administrativas atendam a todos aos requisitos de acessibilidade (ABNT NBR 9050 - Acessibilidade à Edificações, Mobiliário, Espaços Físicos e Equipamentos Urbanos e suas alterações (3ª Edição – 11/09/2015))	Diretoria de Engenharia, Obras e Serviços.
Resultado	Até maio/2019: 57,30% das unidades estão adaptadas de acordo com os requisitos de acessibilidade; 23,03% está parcialmente adaptado e 19,66% não adaptado.	

Objetivo Estratégico 19	Aprimorar a estrutura física e a segurança institucional das unidades administrativas e judiciais	Responsável
META 33	Executar 90% do Plano de Obras, conforme previsão orçamentária anual disponibilizada, de modo a permitir condições físicas adequadas aos magistrados, servidores e usuários	Diretoria de Engenharia
Resultado	Até maio/2019: 64,29% do plano de obras executado; 2,68% em execução e 33,04% aguardando	
Ações planejadas para o próximo trimestre		

Objetivo Estratégico 19	Aprimorar a estrutura física e a segurança institucional das unidades administrativas e judiciais	Responsável
META 34	Elevar em 10% o nível de segurança institucional.	Diretoria de Segurança
Resultado	Atendimentos 1º semestre 2019 (43 Ocorrências/Atendimentos, 01 Princípio de Incêndio, 03 Ameaças, 01 Roubo).	

Ações :

1. Solicitação de segurança armada;
2. Aquisição de equipamentos de segurança
3. Realização de Curso de Segurança Institucional
4. Recolhimento de armas para destruição: 2126
5. Recolhimento de armas para custódia: 15

Ações planejadas para o próximo trimestre

1. Reestruturação das atribuições na Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar;



ATA DE REUNIÃO

2. Conclusão da licitação de equipamentos de segurança para ampliação no Fórum da Capital e aquisição de veículos para a DSIGM;
3. Realização do 2º Curso de Segurança Institucional para Magistrados – Modulo 2, na Cidade de Imperatriz.

6. Anexos

Lista de presença assinada.